

POLÍTICA

politica@jj.com.br

► SESSÃO TUMULTUADA

Grupos contrários à aprovação dos projetos prometem recorrer ao Ministério Público caso prefeito sancione as leis

Sob protestos, Câmara aprova ESP e proibição de gênero

MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

Por 11 a favor e sete votos contra, o projeto de lei 12.347, que institui o programa Escola sem Partido (ESP) foi aprovado pela Câmara de Jundiá na noite de ontem. Em sessão tumultuada, com muitos protestos, o Legislativo também manobrou para aprovar em dois turnos a proposta de mudança da Lei Orgânica 125/2016, que proíbe a aplicação da ideologia de gênero nas políticas de ensino municipais. Professores prometem recorrer à Justiça em relação a ambas as proposituras.

No final do expediente, por volta das 22h, a Câmara convocou uma sessão extraordinária com a estratégia de aprovar em segundo turno a proposta do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que muda a Lei Orgânica número 125. A urgência em ratificar estes projetos polêmicos foi uma clara demonstração que a Casa não estava mais propícia a discutir os propostas e enfrentar a insatisfação da população. Mesmo sendo legal, a convocação da extraordinária foi apontada como manobra.

O representante dos diretores das escolas municipais, André Aparecido Cazella, declarou que se a intenção da Câmara



PLENÁRIO LOTADO Público trouxe à sessão de ontem faixas e cartazes e se manifestou. GMs reforçaram a segurança da Casa

era restabelecer a paz na Casa de Leis, aprovando estas propostas, isto não irá acontecer, pois os professores continuarão protestando nas próximas sessões. Cazella disse que o primeiro passo será pressionar o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) para que ele vete os projetos da Câmara, principalmente a que institui o programa

Escola sem Partido. “Caso o prefeito não atenda nossa reivindicação, vamos acionar o Ministério Público com uma ação de inconstitucionalidade, como aconteceu em Campinas”.

Antes de iniciar a sessão, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Jundiá procurou o departamento jurídico da Câmara para protocolar uma nota

técnica sobre a ilegalidade do projeto Escola Sem Partido.

O autor da proposta, Antonio Carlos Albino (PSB), afirmou que não cabe à OAB classificar a constitucionalidade do projeto, mas sim o Poder Judiciário. Albino informou que a proposta inicial sofreu uma alteração com a retirada do artigo 4º da lei, o que tornou a pro-

posta legal. “O projeto recebeu o parecer favorável do departamento jurídico da Casa e da Comissão de Justiça e Redação”, declarou. Ainda segundo Albino, caso o projeto seja sancionado pelo prefeito, o professor que impuser a ideologia pessoal sobre questões políticas, sexuais e religiosas em sala de aula poderá sofrer sanções previstas no Estatuto do Funcionalismo Público. “Esta lei protege professor e aluno. São contra ela os educadores ligados aos partidos de esquerda. Todos podem fiscalizar”, declarou.

Ideologia de gênero

Em primeiro turno, a proposta de mudança da Lei Orgânica para proibir a ideologia de gênero nas políticas de educação do município recebeu 15 votos a favor, dois contrários e uma abstenção. Um parlamentar esteve ausente. Na convocação para o segundo turno, que precisou ser através de uma sessão extraordinária, a proposta recebeu 13 votos a favor, quatro abstenções e dois votos contrários, dos vereadores do PPS.

A plateia chegou a virar as costas para o autor da proposta quando ele subiu na tribuna para fazer sua defesa. “Enquanto eu estiver aqui a ideologia de gênero será proibida”, esbravejou Albino.



MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

Incoerência

Em discurso a favor do projeto Escola sem Partido, o vereador Douglas Medeiros (PP) ressaltou a época em que as escolas possuíam a disciplina Educação Moral e Cívica. Ela foi condenada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, por ter sido impregnada de um “caráter negativo de doutrinação”.

Cidades Criativas

A 2ª edição do Fórum Cidades Criativas, organizado pelo vice-prefeito de Jundiá, Dr. Pacheco (PR), será neste sábado (30) na Câmara de Cabreúva, às 19h. O evento abordará a saúde nas cidades do Aglomerado Urbano e as falhas que acabam sobrecarregando o Hospital São Vicente, que atende toda demanda de alta complexidade da Região. Também será abordado o projeto do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

TVTEC e Câmara

Foi assinado nesta segunda (25) o convênio que vai permitir a reprodução da programação da fundação municipal TVE no canal UHF da TV Câmara, além de produção de conteúdos e intercâmbio de tecnologias. A implantação do projeto será em etapas, dentro de um cronograma técnico e de operações executivas. A nova grade vai atender aos estudos técnicos de transmissão e de geração de sinal.